



LICENÇA SIMPLIFICADA POR AUTODECLARAÇÃO (LSA) - Nº 026/2024

Validade até: 20/06/2026

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, Pesca e Meio Ambiente, no uso de suas atribuições, expede a presente Licença que autoriza a:

Nome/Razão Social: **FRANCISCO CHAGAS BESERRA**

CPF/CNPJ: **006.175.938-41**

Endereço: **SITIO PONTAL, S/N, DT. ASSUNÇÃO, ZONA RURAL**

Município: **SOLONÓPOLE-CE**

Processo: **2024.05.08-0005**

SPU SDA: **026/2024**

LICENÇA SIMPLIFICADA POR AUTODECLARAÇÃO (LSA) PARA ATIVIDADE DE CRIAÇÃO DE ANIMAIS SEM ABATE – BOVINOCULTURA – SEMI INTENSIVO -, COM PREVISÃO DE FINANCIAMENTO NO VALOR R\$ 49980,00 (QUARENTA E NOVE MIL NOVECENTOS E OITENTA REAIS), SITUADO NO SÍTIO ILHA GRANDE, S/N, NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SOLONÓPOLE/CE, NAS COORDENADAS GEOGRÁFICAS – LATITUDE 5°50'02,8"S, LONGITUDE 39° 06'02,54"O (SOB O CÓDIGO 01.01), EMBASADA NO PARECER TÉCNICO – PT Nº 2024.05.08-0005.



CONDICIONANTES GERAIS

1. Esta Licença **não autoriza** a supressão vegetal;
2. Esta Licença **não autoriza** a construção de açudes, barragens, diques, canais ou adutoras;
3. Fica **proibido intervenções em Área de Preservação Permanente – APP** para a implantação do empreendimento ou desenvolvimento da atividade;
4. **Esta licença não autoriza** intervenção em Área de Preservação Permanente - APP, Unidades de Conservação da Natureza, terras indígenas administradas pela FUNAI, Quilombolas e/ou Assentamentos Rurais (INCRA).
5. Esta licença **NÃO AUTORIZA** a construção de cerca sem o uso de madeira regularizada, nem qualquer tipo de intervenção na vegetação caatinga sem a devida autorização pelo órgão competente;
6. Submeter à prévia análise da SMA qualquer alteração que se faça necessária no empreendimento ou atividade;
7. **Manter esta Licença e demais documentos** relativos ao cumprimento das condicionantes estabelecidas **disponíveis à fiscalização da SMA**;
8. **Afixar**, em local de fácil visualização, **a placa indicativa do Licenciamento Ambiental**, conforme modelo disponibilizado pela SMA;
9. O empreendedor deverá **zelar pela conservação do solo e da água por meio de adoção de boas práticas agronômicas de manejo e conservação do solo e da água**, de modo a minimizar os impactos ambientais advindos de suas atividades, bem como de cumprir as determinações da legislação ambiental vigente;
10. O empreendedor deverá **zelar pela qualidade da água dos corpos hídricos**, bem como das Áreas de Preservação Permanente – APPs, conforme estabelece a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
11. Providenciar o **manejo adequado solo, das pastagens e das águas pluviais, modo a evitar erosões e impactos ambientais negativos à APP e corpos hídricos superficiais e/ou subterrâneos**;
12. Quanto as embalagens de produtos químicos e veterinários deverão ser armazenados de forma adequada até o encaminhamento para empresas regularizadas.
13. Fica **proibida a incineração dos resíduos sólidos** gerados na atividade, conforme Lei Federal nº 9.605, de fevereiro de 1998;
14. Qualquer modificação da atividade deverá ser avisada previamente à SMA, estando o interessado sujeito às sanções previstas na Lei Federal Nº 9.605 de 1998 - Lei de Crimes Ambientais.



ADVERTÊNCIA: O descumprimento das condicionantes da presente licença implicará na aplicação das penalidades previstas na legislação ambiental, sem prejuízo da obrigação de reparar quaisquer danos ambientais;

A Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Meio Ambiente de Solonópole, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença caso ocorra:

- I. Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- II. Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição desta licença;
- III. Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde

ADVERTÊNCIA: A constatação da falsa declaração implica em suspensão ou cancelamento da licença expedida, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, bem como do dever de recuperar os danos ambientais causados, conforme Artigo 27, da Resolução COEMA Nº 02, de 11 de abril de 2090

ADVERTÊNCIA: A atividade contemplada nesta Resolução está sujeita ao monitoramento e fiscalização pelo órgão ambiental competente, para fins de verificação de veracidade das informações prestadas pelo ente público interessado, conforme Art. 39, da Resolução COEMA Nº 02/2090

CONDICIONANTES DE PRAZO

1. Publicar o recebimento desta Licença no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes à data da sua concessão, em cumprimento à Lei Federal 6.938, de 31 de agosto de 1981, a Lei Federal - Nº 10.650, de 16 abril de 2003, ao Decreto Federal Nº 99.274 de 06 de junho de 1990 e a Resolução CONAMA Nº 006, de 24 de janeiro de 1986, complementada pela Resolução CONAMA Nº 281 de 12 de julho de 2001;
2. Afixar, no local do empreendimento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos subsequentes à data da sua concessão, placa indicativa do licenciamento ambiental, de acordo com a legislação municipal, conforme modelo disponibilizado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Meio Ambiente de Solonópole.
3. A renovação desta Licença poderá ser protocolada em até 60 (sessenta) dias de antecedência da expiração do seu prazo de validade, o que lhe conferirá a prorrogação automática de seu prazo de



validade até a manifestação definitiva da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Meio Ambiente de Solonópole. Caso o interessado protocole o pedido de renovação antes do vencimento da Licença, porém após o prazo, não terá direito à prorrogação automática da validade da Licença.

4. O empreendedor, dentro de 150 (cento e cinquenta) dias, deverá aumentar a área da reserva legal da propriedade em no mínimo 0,3169 hectares, afim de atender as determinações do Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012). Recomenda-se que a incorporação desta área seja oriunda da área com vegetação nativa remanescente, já existente na propriedade. Caso não seja possível, o empreendedor deverá elaborar um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), visando a recuperação e ampliação da reserva legal da propriedade;
5. Realizar, em até 180 (cento e oitenta) dias, a atualização do Cadastro Ambiental Rural, com a determinação da nova área de reserva legal da propriedade (mínimo de 20%).
6. **Realizar, em até 90 (noventa) dias, a doação de 25 (vinte e cinco) mudas de espécies nativas** à Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Meio Ambiente de Solonópole. O empreendedor deverá elaborar relatório, com registro fotográfico, a fim de comprovar a doação das referidas mudas.

Solonópole, 20 de junho de 2024.

ALEARDO JOSÉ PINHEIRO JUCÁ

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E MEIO AMBIENTE